

**A DERIVAÇÃO E O ENSINO DE MORFOLOGIA:  
POR UMA ABORDAGEM CAUTELAR<sup>223</sup>**

*Felipe da Silva Vital* (UFRJ)

[felipe.vital02@hotmail.com](mailto:felipe.vital02@hotmail.com)

*Vitor de Moura Vivas* (IFRJ)

[vitorvivas@yahoo.com.br](mailto:vitorvivas@yahoo.com.br)

*Wallace Bezerra de Carvalho* (UFRJ)

[wallacebcarvalho@gmail.com](mailto:wallacebcarvalho@gmail.com)

*Tiago Vieira de Sousa* (IFRJ)

[tiago.vieiras@hotmail.com](mailto:tiago.vieiras@hotmail.com)

**RESUMO**

O texto tem por objetivo criticar a abordagem do fenômeno morfológico de formação de palavras conhecido como derivação. Os problemas detectados na abordagem são: tradicionalismo (apelo a exemplos cristalizados e canônicos), falta de hierarquia entre critérios (confusão entre os critérios semântico, fonológico e morfológico, além de nivelamento equivocado de formativos e processos com graus de recursividade (ou “recorrência”) e produtividade distintos), língua como organismo estático (não exploração de processos fonológicos), falta de problematização (discussão dos superficiais dos fenômenos) e falta de relação com o texto (ausência de inclinação a significados relevantes a nível do texto). Para tanto, partimos da análise de livros didáticos recentes que constavam no PNLD, além de gramáticas normativas tradicionais a fim de construir um arcabouço seguramente diverso para as conclusões globais a respeito do ensino de morfologia (aqui, com ênfase na derivação) no ensino médio das escolas públicas do Brasil. O texto se constitui como um recorte de Vitor de Moura Vivas et al. (2017), que tratou dos “erros” de ensino para os fenômenos da derivação, composição e processos não concatenativos, mas como ênfase exclusivamente no processo de derivação, além de estender a análise proposta para o fenômeno. A divisão do desenvolvimento do trabalho seguirá, respectivamente, a disposição dos problemas expostos no parágrafo acima. Assim, a primeira parte será destinada ao tradicionalismo. Na segunda parte, o texto apontará para a falta de hierarquia entre critérios. A terceira parte terá foco na estaticidade da língua presente no método de ensino de morfologia no ensino médio. Será também, na quarta parte do desenvolvimento, discutida a falta de problematização no conteúdo. A quinta parte, que encerra o desenvolvimento, é referente à falta de relação com o texto. Além de uma parte derradeira dedicada às considerações finais, como

**Palavras-chave:** Morfologia. Derivação. Ensino.

**1. Tradicionalismo**

O primeiro ponto a destacar é a abordagem tradicionalista adotada pelos teóricos. O foco é, evidentemente, um aprendizado mecânico de

<sup>223</sup> Um agradecimento ao CNPq por financiar a pesquisa e propiciar a confecção deste artigo.

conceitos. Os autores optam por exemplificar o conteúdo através do que consideram o protótipo para a classe; e, para a lista de exercícios de fixação, atividades sem nenhuma preocupação com a língua (neste texto, precisamente, a morfologia) no uso. Com isso, na exemplificação, tendem a se utilizarem de elementos cristalizados e canônicos. Aqui, entende-se que um exemplo cristalizado seja qualquer palavra que tenha nenhuma ou baixa recursividade, nem em contextos de produtividade morfológica, nem em contextos de criatividade morfológica, nos usos cotidianos da linguagem; e um dado é considerado, aqui, canônico quando tem recorrência regular ou alta no atual estágio da língua, mas seu estatuto morfológico é incontestável.

Na análise de livros didáticos e gramáticas tradicionais, o apelo a estes tipos de exemplos é bastante recorrente. Em Rogério de Araújo Ramos (2013), entre os exemplos cristalizados encontrados, destacam-se *embora*, *fidalgo*, *vinagre* (com sentido similar ao de “azedo”; não como nome de um tipo de tempero), *primavera* (com sentido de “na primeira estação”), *boquiaberto* e *aguardente*. Ainda em relação ao livro didático citado, quanto aos exemplos considerados por nós canônicos, listamos *infeliz*, *chuveiro*, *antessala*. Em Amaral et al. (2010), os exemplos cristalizados são *pernilongo*, *planalto* (com sentido de “plano alto”; não de

espaço físico onde se localizam as sedes dos ministérios) e *pontagudo*. Seguindo estes mesmos autores, em relação aos canônicos, há *refazer*, *descobrir*, *infeliz*, *chuveiro*. Ao analisar os exemplos, percebe-se que (a) exemplos canônicos são, majoritariamente, compostos justapostos e palavras formadas por derivação sufixal; e que (b) existem variados graus de potencial de uso, a que os teóricos não dão atenção, no momento da categorização.

Entendemos que exemplos cristalizados e canônicos – por conseguinte, descontextualizados – não permitam ao aluno enxergar como a morfologia pode ser importante no uso cotidiano da linguagem. A bem da verdade, o engessamento do ensino por parte dos teóricos acaba por afastar mais e mais o conteúdo abordado da maior parte da maior parte dos falantes, que ou não utilizam as formas centrais da exemplificação, ou não conseguem ver a dinamicidade dos processos morfológicos em questão e sua capacidade de ampliação lexical voltada para a língua em uso.

Os autores sintetizam ao máximo as formas e os processos, na intenção de facilitar a aprendizagem. Esta perspectiva “reducionista” acaba por causar alguns transtornos sérios.

A questão que se coloca quanto ao método tradicionalista dos teóricos é a falta de dinâmica no ensino. Portanto, a literatura adotada não

atenta ao fato, afastando a parte teórica e conceitual do processo de derivação. Palavras como *blogueiro* e *chapeiro*, entre tantas outras, poderiam atender mais ao efeito esperado pelo fato de, analisando pela perspectiva da tendência, estarem mais próximas de um público jovem.

## 2. Falta de hierarquia de critérios

Na categorização do processo (derivação) e dos formativos (radicais e afixos), a literatura costuma não seguir um padrão conceitual. Numa análise geral em relação à definição dos conteúdos, numa perspectiva de proposta reducionista de conteúdo, e aos transtornos que, como dito anteriormente, podem vir inerentes, destacam-se (a) confusão total ou parcial entre os critérios semântico, fonológico e morfológico e (b) nivelamento equivocado de formativos e processos com graus de recursividade e produtividade distintos.

Em relação ao primeiro transtorno, a disposição e distribuição aleatórias dos três critérios gramaticais de análise, bem como o segundo transtorno apontado - a falsa semelhança de natureza de processos e formativos, ratificados pela categorização superficial e pouco detalhada apresentada pelos teóricos - são chamados, por nós, de *ilogismo conceitual*. O primeiro dos dois fatores dificultadores dispostos nessa parte do texto refere-se à aleatoriedade de padrão conceitual.

Celso Cunha e Luís Filipe Lindley Cintra (2008) afirmam que “é o radical que irmana as palavras da mesma família e lhes transmite uma base comum de significação”; e, mais à frente, em sua gramática, atenta para o fato de que os afixos que se antepõem ao radical chamam-se prefixos; e os que a ele se pospõem denominam-se sufixos. Assim, em *DESTERRAR* e *RE-novamos*, aparecem os prefixos “*des-* (que empresta ao primeiro verbo a ideia de separação)”; “*re-* (que ao segundo acrescenta o sentido de repetição de um fato)”. Assim, em *terr-OSO*, *terr-EIRO*, *novi-INHO* e *nov – a – MENTE*, encontramos os sufixos “*-oso* (que do substantivo *terra* forma um adjetivo)”; “*-eiro* (que do substantivo *terra* forma outro substantivo)”; “*-inho* (que do adjetivo *novo* forma um diminutivo)”; “*-mente* (que do feminino do adjetivo *novo* forma um advérbio).

Carlos Henrique da Rocha Lima (1972), sobre o morfema lexical, diz que

radical é o morfema que funciona como o segmento lexical da palavra, opondo-se ao segmento que lhe assinala (por meio de outros morfemas) as flexões

e a derivação. De sorte que, numa série como: (pedr-inha; pred-ada; pedreiro; pur-a; pur-íssimo-purz-eza) os radicais são, respectivamente, *pedr-* e *pur*, onde se concentra a significação comum a cada uma dessas séries.

### Sobre os elementos derivacionais diz que

os prefixos, porque correspondam, em regra, a preposições ou a advérbios (extintos, ou vivos), têm um *sentido* mais ou menos preciso, com o qual modificam o sentido da palavra primitiva: (pôr – transpor; feliz – infeliz; leal – desleal).

Além disso, indica que,

ao contrário dos prefixos, que, como vimos, guardam certo *sentido*, com o qual modificam, de maneira mais ou menos clara, o sentido da palavra primitiva, os *sufixos*, vazios de significação, têm por finalidade formar séries de palavras da mesma classe gramatical. Assim, por exemplo, o único papel do sufixo *ez* é criar substantivos abstratos, tirados de adjetivos: (ativo – altivez; estúpido – estupidéz; malvado – malvadez; surdo – surdez etc.).

Rogério de Araújo Ramos (2013) diz que “os radicais dão origens a palavras que têm a mesma base de significação, constituindo assim uma *família de palavras* ou um conjunto de *palavras cognatas*”. Sobre os morfemas derivacionais diz que

afixos são morfemas que se juntam ao radical para produzir novas palavras, em um processo denominado *derivação*. Quando o afixo é acrescentado antes do radical, recebe o nome de *prefixo*; quando é acrescentado depois do radical, recebe o nome de *sufixo*.

Em William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães (2013), sobre o radical, afirma que “é o morfema que informa sobre o sentido básico da palavra. A partir do radical, podemos formar outras palavras. Do radical *pequen-*, por exemplo, podemos formar: pequenininho, pequenez, pequenino etc.”. Sobre os morfemas derivacionais, menciona que “são morfemas que se juntam ao radical, modificando seu sentido básico. Quando são colocados antes do radical, chamam-se *prefixos*; quando colocados depois do radical, chamam-se *sufixos*”.

Quanto ao processo de derivação, especificamente, o fenômeno foi definido, salvo algumas diferenças na elaboração do texto, como adição de um afixo à esquerda ou à direita do radical. (LIMA, 1972; CUNHA & CINTRA, 2008; CEREJA & MAGALHÃES, 2013 E RAMOS, 2013)

A literatura adotada no ensino médio, em geral, divide a derivação em seis tipos: prefixal, sufixal, prefixal e sufixal, parassintética, regressiva e imprópria. A nível de conceituação nos moldes e termos da perspec-

tiva da gramática tradicional, a derivação prefixal seria a entrada de um prefixo, à esquerda da base (radical), como em “DES - curtir”; derivação sufixal; a entrada de um sufixo, à direita da base, como em “komb - EI-RO”.

A prefixal e sufixal é a que ocorre com duas entradas distintas de um prefixo e um sufixo, em momentos diferentes, como em “IN - felic - i - DADE”. Diferentemente da anterior, a parassintética<sup>224</sup> ocorre com a entrada obrigatoriamente relacionada de um prefixo e um sufixo, acontecendo, portanto, no mesmo instante, como em “EN - tard - e - CER”.

A derivação regressiva acontece com a queda da desinência verbal infinitiva e o acréscimo de uma vogal temática, nominalizando (transformação em substantivo/adjetivo) a palavra, como “escolt - AR”, que originou “escolt - A”, “combat - ER”, que deu origem a “combat - E” e “amass - AR”, que deu em “amass - O”. A derivação imprópria, que consiste na transformação de classe gramatical de verbos em substantivos, a partir da anteposição de um artigo: “o jantar, o viver, o fazer, o curtir...”

Antes de entrarmos no cerne da seção cabe destacar que a nomenclatura, por vezes, pode estar distante do fenômeno que descreve, isto, quase por via de regra, tende a dificultar o ensino/aprendizado. Quanto a isto, a nomenclatura peca (a) à medida que defende a derivação como um processo de entrada de afixo; e, ao mesmo tempo, admite a existência de fenômenos como a derivação regressiva, em que o elemento novo em questão tem função puramente gramatical, diferente dos afixos: vogal temática nominal; e (b) a derivação imprópria, cuja discussão, a nosso ver, estaria no âmbito da sintaxe.

Quanto ao ilogismo conceitual propriamente, vê-se que não há um critério de conceituação por parte dos teóricos. A literatura mostra-se confusa pelo fato de não escolher um padrão conceitual na apresentação do conteúdo: Os critérios semântico, fonológico e morfológico são usados de maneira extremamente (a) arbitrária, no que diz respeito a cada autor escolher um critério que lhe seja mais favorável e esquecer propositalmente tudo ou quase tudo de contribuição que os outros critérios possam oferecer à análise, conseqüentemente à assimilação do conteúdo; e (b) aleatória, pelo fato de, nem mesmo depois da adoção de um ou outro

---

<sup>224</sup> Seguindo Corado (2002), entendemos a necessidade de classificar o processo como *circunfixação*, embora esteja sendo adotada, no texto, a nomenclatura da NGB: parassíntese.

critério para si, a literatura costuma manter-se fiel à escolha, fazendo-se, então de cada critério no momento em que lhe é mais apropriado.

A outra observação que fazemos é a respeito do falso enquadramento de formativos (radicais e afixos) e processo com níveis de recursividade e produtividade distintos. A bem da verdade, a literatura escolar, com o enxugamento que faz em relação ao ensino de morfologia (de língua portuguesa, em geral), acaba por não dar atenção aos elementos morfológicos, a partir de seu grau relevância linguística. A derivação sufixal é muito mais produtiva – inclusive como recurso textual de natureza morfológica (KOCH, 2008; SANTOS, 2015) –, de acordo com os próprios exemplos citados pelos autores, que a derivação prefixal, que, por sua vez, é mais produtiva que as outras derivações.

Ao final, entende-se uma confusão de duas ordens, na forma como é feita a conceituação: (a) falta de hierarquia de critérios – os elementos são analisados sem uma hierarquia rígida (quando possível aplicar) e coerente dos critérios semântico, morfológico e fonológico; (b) consideração do uso – elementos analisados sem que se leve em consideração seu papel no uso da linguagem cotidiana.

Propomos, portanto, uma categorização que leve em conta uma abordagem na perspectiva da padronização conceitual e do enquadramento fiel ao contexto do uso. Entendemos que os fenômenos e formativos são mais facilmente apr(e)endidos quando se adota uma linha científica de raciocínio e análise. Uma informação que é fornecida pelo viés morfológico (como exemplo, a característica de que os sufixos, por questão de combinalidade, relacionam-se com radicais (presos, na maioria dos casos) não pode ser aferida e ratificada pelo viés semântico (como exemplo, a característica de que os radicais são elementos básicos de significação da palavra).

Além do mais, concebemos que a categorização também deva atentar à recursividade ou à produtividade do formativo ou do processo. Como vemos a língua como um organismo constituído e construído no uso (ANTUNES, 2014) e vemos também que as categorias morfológicas devam criar, através de potencial de aparecimento na linguagem, um padrão de reconhecimento e identificação, partimos do ponto em que os elementos adquiram estatuto morfológico através de sua recorrência e/ou capacidade de ampliação lexical. Assim, formas como “ab-, -ebre” – abnegar, casebre -, pouco relevantes no que diz respeito ao potencial de formação de novas palavras no atual estágio da língua, a nosso ver, não

devem ser postas no mesmo nível “re-”, “-eiro”, formas altamente produtivas no atual estágio do português brasileiro: “retwitter”, “funkeiro”.

### 3. *Língua como organismo estático*

Nas seções anteriores, apontamos para (a) tradicionalismo e (b) falta de hierarquia entre os critérios. Entendemos que os problemas capitais na literatura não sejam partes estanques e independentes da maneira como os teóricos abordam os conceitos, mas sim partes contínuas – “erros” que se relacionam – da abordagem. Para tanto, admitimos que os problemas capitais dialoguem, sendo uma parte pequena ou significativa do outro, em diferente foco das nossas análises.

Em relação a esta seção – língua como organismo estático – propomos uma análise sobre como os autores não expõem os processos fonológicos existentes na língua como expoentes proeminentes em alguns processos morfológicos. A ideia de que a língua pode apresentar mudanças através de transformações fonéticas e fonológicas, a nosso ver, oferece uma capacidade de analisá-la de maneira dinâmica e de maneira a entendê-la como passível de mudanças em qualquer estágio em que seja utilizada nas situações de fala. Entendemos, também, que os autores concebem os elementos morfofonológicos simplesmente como peças removíveis (nota-se que os afixos são, muitas vezes, definidos como elementos que são COLOCADOS/ACRESCENTADOS à direita ou à esquerda do radical (CELSO & CUNHA, 2008; CEREJA & MAGALHÃES, 2013; RAMOS, 2013). O participípio deduz a ideia de colocação ou remoção à maneira como se faz em um jogo de quebra-cabeça).

Maria Luíza M. Abaurre (2008; p. 328) define rasamente a classe dos radicais, apenas ilustrando-a através do radical preso (radical sem livre curso na língua) “feliz”. Mostra sua coerência semântica nas formações onde aparece, “como *felíc* + -i- + -dade, *felíc* + -itar, *feliz* + -mente”, e nem sequer menciona a variação fonética dentro do radical nos dois primeiros exemplos. Ainda na mesma página, mais precisamente, na mesma seção, explica sobre “(a vogal de ligação -e- (...))” em “audaz + e- + -s, capaz + -e- + -s”, mas esquecendo-se do fato de “e” ser uma acomodação histórica da escrita, já que o elemento fônico pronunciado nestes casos é, sem dúvida, a forma [i]. Na página seguinte, discorre sobre as vogais temáticas verbais, mencionando de categórica (embora as análises não levem em conta os aspectos linguísticos de maneira mais profunda) que “somadas aos radicais verbais, as vogais -a, -e, -i atuam como vogais

temáticas verbais e definem as *conjugações*.”(ABAURRE, 2008, p. 329), sem ao menos mencionar as alterações de forma fonética em função da conjugação, como ocorre em “amei”, onde o elemento fônico que aparece imediatamente após o radical, como induz a conceituação feita pela autora, não corresponde à forma proposta por ela para a primeira conjugação.

William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães (2013) diz que “alguns radicais podem apresentar variações. É o caso, por exemplo, do radical *vit/vid*, nas palavras vital, vitalício, revitalizar (...)”. Além do fato de dispensar poucas linhas para a descrição do fenômeno – o que já é considerável, em face de outros autores –, o autor não busca, na própria questão, a natureza e o condicionamento da variação e encerra o assunto de modo tão sucinto ou igual a como ele o começou. À frente, apresenta, na lista de desinências verbais “*va/ia, ra/re, a/e*” como desinências de imperfeito do indicativo, futuro do presente do indicativo e presente do subjuntivo, respectivamente; e, como antes, expõe superficialmente como variantes independentes entre si e sem qualquer aprofundamento sobre as tais formas.

Entendemos em *língua como organismo estático* que as peças morfológicas são vistas apenas como “peças”, ou seja, imutáveis a qualquer vizinhança fônica (nenhum tipo de menção – explícita ou implícita – à alomorfia).

Somado a isto, está a falta de aprofundamento por parte dos autores em buscar o condicionamento das mudanças que, por vezes, ilustram, descrevem, mas não aplicam o conceito à prática. Poucas linhas são dispensadas a esta parte, visto que entendemos que o ensino de língua portuguesa, como já dito anteriormente, no ensino-médio opte por apresentar ao aluno fenômenos mais facilmente perceptíveis pelo viés formal (morfológico), ou seja, a literatura opta por preconizar a análise de fatores quase sempre formais na morfologia. Isto constitui em empecilho crônico no ensino da língua, visto que a não atenção às saliências fonológicas acaba por tirar da língua sua capacidade mais substancial: a dinamicidade.

#### **4. Falta de problematização**

Esta e a próxima seção constituem, a nosso ver, o “olho do furacão” das questões referentes ao ensino de morfologia no ensino-médio. Para justificar, apontamos os problemas que detectamos na literatura re-

ferente. Estes agravantes, somados aos expostos nas seções anteriores, desembocam, como um rio no mar, nos problemas expostos na próxima e última seções. Entre os problemas que serão descritos neste espaço, mapeamos como essenciais para a *falta de problematização* (a) a ausência do detalhamento dos limites existentes entre a composição e a derivação no fenômeno destacado como “hibridismo” e (b) a não exploração dos processos formadores de neologismos.

Entendemos que os problemas que exporemos a partir do parágrafo seguinte gravitem em torno do que concebemos como a premissa máxima ou o eixo da falta de problematização: discussão dos fenômenos pelos fenômenos.

William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães (2013) afirmam - em poucas linhas referentes à análise - que, no hibridismo, “as palavras formadas por elementos provenientes de línguas diferentes”, dando como exemplos “*automóvel*”, “*bisavô*”, “*burocracia*”. Amaral et al (2010) - em um número menor de linhas que os autores acima - diz que “consiste na formação de palavras pela reunião de morfemas (radicais, sufixos...) de idiomas diferentes” e exemplifica com “*televisão*”, “*burocracia*”. Celso Cunha e Luís Filipe Lindley Cintra (2008) informam que

*são palavras híbridas, ou hibridismos, aquelas que se formam de elementos tirados de línguas diferentes. Assim, em automóvel o primeiro radical é o grego e o segundo latino, em sociologia, ao contrário, o primeiro é latino e o segundo grego.*

Depois, acrescentam um comentário interessante para a análise em questão:

*As formações híbridas são em geral condenadas pelos gramáticos, mas existem algumas tão enraizadas no idioma que seria pueril pretender eliminá-las. É o caso das palavras mencionadas e de outras como “, bicicleta, bigamo, endovenoso, monóculo, neolatino, oleografia.*

Um estudo mais aprofundado de outros gramáticos daria uma dimensão numericamente mais precisa sobre essa condenação existente na literatura. Entretanto, pela forma como os autores levantados para análise entendem e descrevem o hibridismo, tem-se uma dimensão de como o fenômeno é tratado: superficialmente e sem se levar em conta - como os pontos levantados nas seções anteriores - a produtividade das formas, ou seja, a língua em uso.

Os exemplos levantados pelos teóricos trazem consigo uma in-

formação relevante, que julgamos ser a primeira a saltar aos olhos de um estudioso minimamente atento a estes aspectos: uso. Das formas tiradas de outras línguas, muitas, como diriam Celso Cunha e Luís Filipe Lindley Cintra, estão tão enraizadas no idioma que seria pueril pretender eliminá-las. Estas formas, a nosso ver, merecem atenção detalhada (a) por serem elementos produzidos de forma manufaturada, com o intuito de unificar a linguagem técnico-científica (GONÇALVES, 2011 e 2012), ou seja, já vêm com estatuto morfológico pronto das línguas provenientes, geralmente gregos ou latinos (radical). E, (b) por passarem por um processo de ressemantização, em que assumem o significado da palavra-matriz, dão início a uma série de palavras na língua (*op. cit.*).

Os radicais neoclássicos (também conhecidos como arqueconstituintes), “bases presas de origem grega ou latina” (GONÇALVES, 2012), a exemplo de *foto* (*luz*), *auto* (*a si próprio*), *eco* (*casa*), *aero* (“relativo ao ar”) etc., têm tomado força nas últimas décadas no português brasileiro. São bases presas que dão origem a um número considerável de palavras, entre as quais figuram itens lexicais de longo alcance e relevância, como *fotografia*, *automóvel*, *ecologia*, *aeromotor*). Formas com este nível de recorrência assumem um grau de autonomia tamanho, que, por vezes, criam uma relação metonímica de representação íntegra do significante que representam. *Foto-*, por exemplo, assume o significado da palavra inteira, assim como *auto-*, *eco-* e *aero-*. Se os compararmos aos também radicais neoclássicos *geo-* (*terra*) e *socio-* (“relativo ao social”), será possível concluir que estes aparecem em palavras com menor nível de alcance e relevância, em relação àqueles, portanto estas formas acabam por não assumir pela metonímia formal o significado da palavra-matriz, atuando, pois, em função do seu significado etimológico, como em *geografia* (*geo* = *terra* + *grafia* = “maneira de escrever ou de representar”), *geologia* (*geo* = *terra* + *logia* = *ciência*), *socioeconomia* (*socio* = “relativo ao social” + *economia*), *sociologia* (*socio* = “relativo ao social” + *logia* = *ciência*) (significados os radicais retirados do *Dicionário virtual Aurélio*)

Tomando para análise os radicais neoclássicos em seu sentido etimológico, verificam-se elementos que configuram o pressuposto no item (a). *aero-*, *auto-*, *eco-*, *foto-*, *geo-* e *socio-*, quando participantes da formação de uma palavra, em seu sentido “original”, são os elementos produzidos de modo manufaturado na unificação de diferentes línguas para a veiculação de materiais de cunho artístico, científico, acadêmico, técnico...

À medida que são usados por um largo contingente de falantes, os termos vão assumindo um papel definitivo ou novos papéis morfológicos. Os quatro primeiros radicais, ao longo do tempo, vêm sendo formativos participantes de formação em série de novas palavras, especialmente em camadas populares, uma vez que a palavra-matriz mais associada a cada um deles (aeromotor, automóvel, ecologia, fotografia, geografia, sociologia) tem bastante circulação em meios midiáticos, escolares (informações adquiridas) ou cotidianos (informações compartilhadas)

Por serem estas palavras de longo alcance, são mais utilizadas, consequentemente, são elas as mais passíveis de readaptações formais e/ou semânticas e reutilizações. A readaptação formal que salta aos olhos é a representação de metonímia formal, que consiste em parte de a palavra representar o todo pelo processo não concatenativo chamado truncamento e encurtamento (truncamento cujo resultado não assume status de palavra, não forma palavra prosódica).

Ana Paula Victoriano Belchor (2009; p. 33) define o truncamento como “um processo não concatenativo de formação de palavras que consiste no encurtamento de uma base”. O resultado desta operação morfofonológica deve ser uma palavra com livre curso na língua, como “foto, moto, odonto”.

Quanto ao aprofundamento no processo, não cabe à parte destinada a este texto, pois trata-se de um processo não concatenativo. Resta-nos dizer aqui que a readaptação morfossemântica pelas quais passam estas palavras, dão-lhe o caráter referente ao item (b). Como consequência das novas possibilidades e do longo alcance das palavras-matrizes, os produtos acabam por criar palavras em série, como mais um dos indícios de que a língua se faz em seu próprio uso, como em *fotonovela*, *fotogravura*, *fotojornalismo* (ANDRADE, 2008).

Os elementos do item (b) constituem a classe dos afixoides (elementos que se comportam como afixos, não necessariamente integrando tal classe) e atuam no processo chamado de recomposição, “pois o constituinte à esquerda, numa relação de metonímia formal, adquire o significado do composto original e atualiza esse conteúdo especializado, já bastante diferenciado do etimológico na combinação com palavras preexistentes na língua” (GONÇALVES, 2012) participando do processo chamado recomposição. Os afixoides, então, são o produto da ressemantização de um composto (palavra-base), onde o arqueoconstituinte assume a forma do todo, acontecendo num lado específico da palavra, como os exem-

plos apresentados ilustram.

Os afixoides, por serem frutos de ressemantizações, que são frutos da grande quantidade de readaptações morfológicas e reutilizações, assumem características tanto dos afixos, como (a) rigidez posicional, (b) produtividade e (c) estabilidade funcional; quanto dos radicais, como (a) densidade semântica, (b) ser elemento de composição em sua origem etimológica e (c) significado menos largo.

O segundo ponto da *falta de problematização* está em os autores não explorarem os processos originadores de neologismos. Seguindo o padrão conceitual, infere-se que as palavras “simplesmente” surgiram e os neologismos são vistos como “anomalia lexical”, que não carecem de análises aprofundadas e as palavras “lexicalmente normais” atendem, em todos os estágios, às necessidades comunicativas dos falantes do Português brasileiro. Neste sentido, Neologismo é apresentado como um tipo de processo, que, de acordo com a literatura (o que confunde!), consiste na criação de uma nova palavra.

Maria Luíza M. Abaurre (2008) diz que “a palavra *neologismo* é formada pelos radicais gregos *néos*, que significa “novo ou moderno”, e *logos*, “palavra, tratado”. Significa, portanto, palavra nova”. Rogério de Araújo Ramos (2013) diz que “neologismo é uma palavra criada na língua, ou a atribuição de um novo significado a uma palavra já existente”.

As conceituações não trazem consigo exemplos, uma vez que entendemos que o levantamento dos exemplos que os autores usam para ilustrar o processo pode ser confuso visto que o termo *neologismo* é empregado de modo equivocado. As palavras que ficam dentro do conjunto não obedecem a um critério de formação, ou seja, as palavras que são postas dentro do estigma *neologismo* – um *arenque-vermelho* (a) são oriundas de processos diversos de formação de palavras, entre os quais destaca-se a derivação sufixal (*micreiro* = agente *eiro* + *micro* (De acordo com Ana Paula Victoriano Belchor (2009), truncamento tipo A, oriundo de “microcomputador”) e (b) fundem palavras formadas por processos concatenativos (Composição e Derivação) e processos não concatenativos (truncamento, cruzamento vocabular).

Portanto, entendemos que a *falta de problematização* dos livros didáticos e das gramáticas tradicionais analisados também perpassa pela falta de detalhamento nas análises das palavras e dos processos que as originaram.

O hibridismo, ao que nos parece, figura lugar-comum da composição e da derivação, utilizando-se de elementos morfológicos que, pela análise feita na seção, carregam categorias proeminentes tanto de radicais, quanto dos afixos.

Quanto ao neologismo, concebemos o termo como um conceito indeterminado e confuso pelo fato de ele não representar um tipo específico de formação de palavras e também não por ter a função de agrupá-las em subclasses homogêneas e coerentes.

##### **5. Falta de relação com o texto**

Na última seção, exporemos como a morfologia pode tender a uma inclinação a constatações evidentes a nível do texto. Muitas vezes, este é usado como pretexto nos compêndios escolares acerca do assunto. O texto e a morfologia (a morfologia e o texto) integram-se em aspectos tanto internos (referentes à morfologia), quanto externo (referentes aos limites morfologia – não morfologia). Para tanto, apresentaremos alguns conceitos a respeito de formação de palavras em português. Falaremos também sobre os processos cognitivos de metáfora e metonímia e como eles são pouco explorados.

Os pontos abordados nesta seção são, certamente, os mais distantes da literatura utilizada para o ensino de morfologia no ensino-médio por questões de hábito. O que é proposto aqui é, entre tantas possíveis, uma reflexão sobre uma reconfiguração do ensino de Morfologia: uma reestruturação de prioridades.

De acordo com Margarida Maria de Paula Basilio – o maior nome da morfologia atuante –, formamos palavras, entre as possibilidades existentes, por três fatores: mudança de classe (agilizar ~ agilização), acréscimo semântico numa significação lexical (sapato ~ sapatinho; sopa ~ sopinha; argumento ~ argumentozinho) e aquisição do léxico (habilidade a partir da qual tornamos a língua um sistema econômico e eficiente). (BASILIO, 1987)

Em relação ao primeiro grande motivo – mudança de classe –, formamos palavras com a função básica de mudança de classe da base lexical. Em outras palavras, a função de formar palavras vem atrelada ao fator de readaptação morfossintática da base lexical, em função da semântica inerente ao afixo modificador. No exemplo utilizado pela autora, o acréscimo do sufixo “-ção” confere ao verbo *agilizar* o estatuto de

substantivo (*agilização*). Com isso, o verbo, que era predicador máximo da oração, passará a ocupar posições de SN na estrutura sintática.

Além disso, o segundo motivo levantado pela autora – *Acréscimo semântico* – diz respeito à mudança de sentido na acepção básica da unidade lexical. Uma especificação semântica que não necessariamente muda a classe da base. O primeiro par de exemplos se refere à especificação semântica dimensiva: pequeno (*sapato ~ sapatinho*); e também: grande: (*mão ~ mãozão*). O segundo par de exemplos configura uma especificação semântica afetiva (*sopa ~ sopinha/pai ~ paizão*). O terceiro é pertinente à especificação semântica pejorativa ou depreciativa (*argumento ~ argumentozinho/ papel ~ papelão*).

Por último, *aquisição do léxico* é o motivo-matriz, do qual, segundo a autora, os dois primeiros motivos emergem. Modificamos as palavras a nível morfológico porque seria mais difícil para a nossa memória, em vez de algo como *agitar ~ agitação/ agito; apegar ~ desaparecer*, termos palavras completamente diferentes como *subir ~ descer/ escrever ~ apagar*. Isto tornaria a língua um sistema de comunicação menos eficiente pela pouca praticidade de acesso à memória através de itens lexicais morfológicamente distintos. Por isto, contamos com um número demasiado grande de formas básicas de comunicação (radicais), sem termos de sobrecarregamos a memória com os mesmos elementos, dispendo de elementos com funções gramaticais-figurativas (afixos), através de um mecanismo de flexibilidades variadas de expressão simultaneamente a um número mínimos de elementos estocados na memória (radicais e afixos). (BASÍLIO, 1987)

Com isto, estão em jogo três funções das operações morfológicas: a função sintática, a função textual e a função atitudinal.

A função sintática é a função atribuída aos sufixos derivacionais, que tem o potencial de mudança de classe da base. É o caso o sufixo “-mente”, que através de adjetivos femininos no singular, forma advérbios modais. Linda=> *lindamente*; poderosa => *poderosamente*; heroica => *heroicamente*.

Numa perspectiva morfológica, a função de mudança de categoria gramatical é proeminente. Ao lado do nível do morfológico, concorre o

plano oracional<sup>225</sup>, em que um adjetivo deixaria de exercer uma função marginal em prol de um núcleo nominal substantivo, a nível suboracional, e se tornaria um advérbio, passando a funcionar como modificar de verbo, a nível oracional. A função sintática, portanto, atuaria no âmbito da morfologia e no âmbito da oração.

Acima do plano oracional, está o plano textual, onde todas as informações morfossemânticas atingem o nível máximo de funcionalidade e significância. A *função sintática* – função pela qual se mudam as categorias das bases lexicais, geralmente através de sufixos derivacionais – acaba por desencadear o que se chama de *função textual* ou *coesiva* – função através de que, por estratégias morfológicas de mudança de classe em função de readaptação morfossintática, ligam-se elementos constituintes do texto, por um processo de “coesão morfológica” e a fim de se evitar a redundância argumentativa pela repetição de palavras. Como exemplo, podemos citar:

O presidente do Brasil *interrompeu* o discurso solene sobre a visita dos presidentes dos Estados Unidos, Colômbia, México, China, Japão, Venezuela, Alemanha e Chile para fazer uma brincadeira sobre futebol. “Mengão campeão do mundo 2016!!!” – gritou o presidente. Os representantes estatais riram entre si, acanhadamente. A *interrupção* durou cerca de três minutos.

O sufixo “-ção” atuou, portanto, na coesão referencial (KOCH, 1990), no processo de derivação sufixal, através de uma anáfora direta (KOCH, 2008), além de transformar a classe da base, conferindo-lhe outro estatuto sintático.

De acordo com Leonor Werneck dos Santos (2015), a referenciação caracteriza-se como um processo de fazer referência a objetos do discurso, no sentido de caracterizar um objeto introduzido no discurso anteriormente (anáfora direta) ou introduzir/reconstruir um objeto de discurso novo.

O outro ponto é uma reflexão sobre a metáfora e a metonímia, que são abordadas apenas como figuras literárias exclusiva à linguagem literária dos bardos, dramaturgos e romancistas. A linguística cognitiva, entretanto, defende estes dois mecanismos como importantes no uso cotidiano da linguagem. Para Lilian Ferrari (2011), metáfora é um processo de enquadramento de um alvo particular (a coisa que é comparada) em ter-

---

<sup>225</sup> Como em Vitor de Moura Vivas et al. (2017), oracional é tudo o que se relaciona sintaticamente direto com o verbo, enquanto suboracional são os termos que não se relacionam sintaticamente direto com o verbo.

mos de uma nova categoria ou em numa analogia (as coisas com que se compara) e a metonímia é um deslocamento de significado, no qual uma palavra utilizada para identificar um determinado objeto passa a representar outro, num contexto específico.

Para ilustrar a metáfora em termos de nova categoria (‘o prédio é uma espiga grande’). Para a exemplificação da metáfora em termos de analogia (‘a falta foi (tipo) um minicarro de criança pequena derrubando um adulto’). Para a exemplificação da metonímia (‘eu falei com o rapaz que guarda os carros e trabalha carregando uma flanelinha pendurada’).

Estes dois processos cognitivos – *metáfora e metonímia* –, além dos usos discursivos da linguagem, também atuam no âmbito morfológico de formação de palavras. Quanto ao primeiro exemplo – “O prédio é (tipo) uma espiga grande” –, a primeira oração pode ser vista como uma tradução perifrástica da sufixação denominadora *espigão*, cujo acesso ao significado não pode ser feito pela leitura de suas partes. A palavra *espigão* denomina prédios com muitos andares. Assim como na sufixação aumentativa anterior, a metáfora atual também se dá em *minhocão*, *orelhão*, *bolão*, que significam, respectivamente, “trem de carga, extenso em comprimento”, “aparelho telefônico público, cuja proteção se assemelha a uma orelha” e “sistema de aposta, geralmente em esportes”.

O segundo exemplo, de metáfora – “a falta foi (tipo) um minicarro de criança pequena derrubando um adulto” – também configura, a nosso ver, a tradução perifrástica de *carrinho*, que também não pode ser interpretada pelo acesso às partes. A palavra denomina um tipo de infração existente no jogo de futebol. A sufixação diminutiva de motivação metafórica ocorre também em *radinho*, *beijinho*, *selinho*, que significam, respectivamente, “tipo específico de rádio”, “um tipo de doce”, “um beijo”.

A metonímia – em “eu falei com o rapaz que guarda os carros e trabalha carregando uma flanelinha pendurada” – se configura na capacidade de “o rapaz que guarda carro e trabalha carregando uma flanela pendura”, como um todo, conseguir ser representado por uma das partes: *flanelinha*. Assim como as sufixações aumentativas e diminutivas de motivação metafórica vistas acima, *flanelinha*, sufixação diminutiva de natureza metonímica, não pode ser lido pelo acesso às partes. Ocorre também em *raspadinha*, *folhinha*, que significam, na sequência, “jogo de aposta, onde se verifica o resultado raspando a cartela” e “calendário”. A metonímia também é expressa pela sufixação aumentativa, como em *caminhão*, *pescoção* e *sacolão*, que significam “veículo de carga que atravessa

longas estradas”, “brincadeira de dar tapas no pescoço alheio” e “hortifrúti”.

Portanto, mostramos aqui, sem querer ditar convenções rígidas e prescritivas, possíveis caminhos para o ensino de morfologia com concepções referentes ao texto. Assumimos a posição de que a morfologia faz muitas interfaces com outras áreas da gramática, logo não pode ser vista em função absoluta, mas sim relativa, dependente, em função do texto e da utilização prática. Para tanto, mostramos (a) razões dinâmicas, pelas quais se formam novas palavras e evidenciamos (b) que a metáfora e a metonímia são dois processos cognitivos, não presos à literatura, que são de suma importância na utilização cotidiana da linguagem.

O fator elementar a destacar é a não exploração da morfologia a serviço do discurso. Estratégias de nominalização, os diminutivos e aumentativos com valores avaliativos-pragmáticos, a composição com base produtiva, a fonologia a serviço da morfologia, por exemplo, não são pontos relevantes na vivacidade que a morfologia, nas suas nuances contextuais, pode dar aos usos cotidianos da linguagem, de acordo com a literatura analisada. Em decorrência da falta de interfaces, a literatura deixa de abordar a metáfora e a metonímia, processos cognitivos fundamentais no uso cotidiano da linguagem, “desdinamizando” a língua, suas variações e as inúmeras possibilidades de experimentações e experiências.

## **6. Considerações finais**

Para finalizar o texto, apontamos os problemas detectados nas seções acima como condicionadores para as seguintes conclusões a respeito do ensino de morfologia no ensino-médio: (a) morfologia pela morfologia e (b) apelo à língua escrita.

A primeira conclusão surge como uma constatação resultante da maneira de ensinar morfologia no ensino médio. Atrilados a este primeiro ponto, estão os tópicos (1) *tradicionalismo* e (4) *falta de problematização*. A incompatibilidade entre os exemplos e a língua em uso, o método conteudista e a falta de reflexão sobre as questões morfológicas da língua - uma vez que, segundo Debbie Danks (2003) e Ingrid Fandrych (2008), as palavras se comportam em função do recorte espaço-temporal em que se encontram, sujeitando-se às necessidades comunicativas das circunstâncias atuantes, portanto são retrato das condições em que foram produ-

zidas e dos seres que as produziram – conferem às gramáticas e aos livros didáticos a frase-conclusão: *morfologia pela morfologia*.

O ponto seguinte, a segunda conclusão – a este ponto, estão ligados os tópicos (2) *falta de hierarquia entre critérios*, (3) *língua como organismo estático* e (5) *falta de relação com o texto – denota como a fonologia e a semântica, na sua relação com a morfologia*, em sentido estrito, e enquanto partes da gramática (entendida como um conjunto de normas que regulam os níveis (fonologia, morfologia, sintaxe e semântica) de operação linguística, que, junto com o léxico, formam as línguas), em sentido lato, são pouco exploradas no ensino de língua portuguesa. Estes quesitos, a nosso, são os principais motivadores da estaticidade do ensino de língua e o isolamento da morfologia das principais áreas de interface.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Katia Emmerick. *Uma análise otimalista unificada para a mesclas lexicais do português do Brasil*. 2008. Dissertação (de Mestrado em Letras Vernáculas). – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Faculdade de Letras, Rio de Janeiro. Disponível em:

<<http://www.letras.ufrj.br/posverna/mestrado/AndradeKE.pdf>>

BASILIO, Margarida Maria de Paula. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1987.

BELCHOR, Ana Paula Victoriano. *Construções de truncamento no português do Brasil: análise estrutural à luz da teoria da otimalidade*. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em:

<<http://www.letras.ufrj.br/posverna/mestrado/BelchorAPV.pdf>>

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português: linguagens 1*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

DANKS, Debbie. Separating blends: a formal investigation of the blending process in English and its relationship to associated word formation processes. Liverpool: University of Liverpool, 2003.

FANDRYCH, Ingrid. Submorphemic elements in the formation of acronyms, blends and clippings. Lexis – E-Journal in English Lexicology 2:

Submorphemics, 2008.

FERRARI, Lilian. *Introdução à linguística. Cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.

GONÇALVES, Carlos Alexandre Victório. O *continuum* radical-afixo e o estatuto dos elementos morfológicos em português. *Cadernos do NEMP*, Rio de Janeiro: UFRJ, vol. 3, p. 3-18, 2012.

\_\_\_\_\_. Composição e derivação: polos prototípicos de um continuum? Pequeno estudo de casos. *Domínios de Linguagem*, n. 5, p. 62-89, nov. 2011.

\_\_\_\_\_. *Atuais tendências em formação de palavras*. São Paulo: Contexto, 2016

\_\_\_\_\_; SILVA, Neide Higino da. (Orgs.). *Novos horizontes da pesquisa em morfologia*. Campinas: Pontes, 2017.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Como se constroem e reconstroem os objetos do discurso. *Investigações*, vol. 21, p. 99-114, 2008.

\_\_\_\_\_. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1990.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

RAMOS, Rogério de Araújo. *Ser protagonista: língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: SM, 2013.

SANTOS, Leonor Werneck dos. Revel na escola: referenciação. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, vol. 13, p. 1-8, 2015.